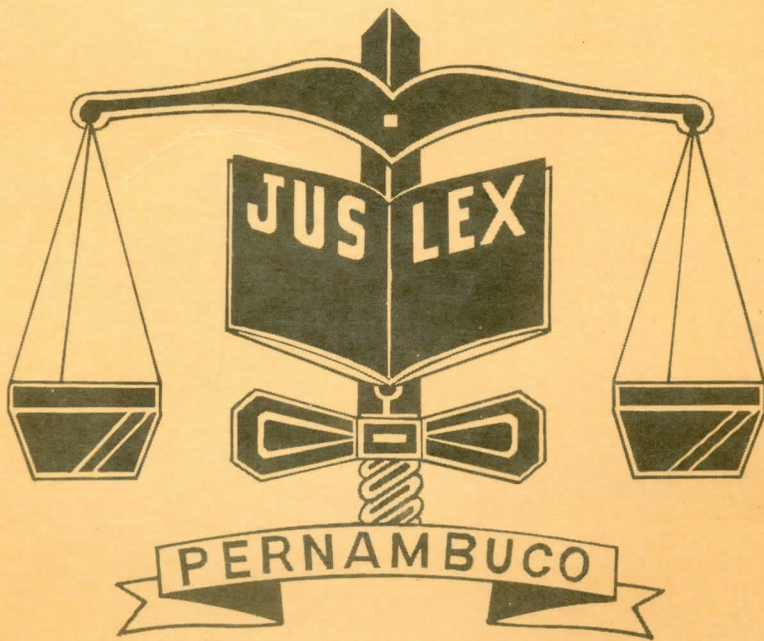




# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## ESTADO DE PERNAMBUCO



# RELATÓRIO

F 341.4197 (PE)  
P452r  
1978  
ex.1

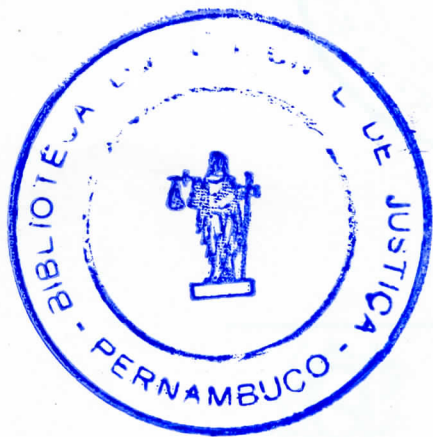
BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (PALÁCIO DE JUSTIÇA)



Pernambuco. Tribunal de Justiça  
(RB=5129) Relatório 1978

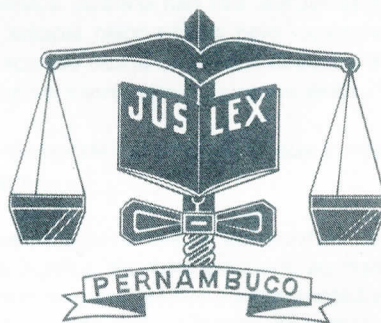
F000148

F341.4197(PE) P452r 1978ex. 01





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**ESTADO DE PERNAMBUCO**



**RELATÓRIO**  
**1978**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CAMARA DE ORÇÃO



Tribunal de Justiça de Pernambuco	
BIBLIOTECA	
Data	Registro
06.02.04	42-2004

Excelentíssimos Senhores Desembargadores:

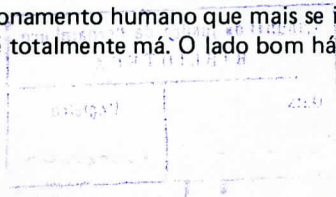
Chegamos ao fim de nossas atividades de administrador no desempenho do mandato de Presidente desta Casa, no exercício do ano forense que hoje expira.

Obedientes ao mandamento do artigo 25, inc. XXX da nossa Lei de Organização Judiciária, temos a honra de apresentar a Vossas Excelências um relatório circunstanciado do que nos foi possível realizar.

Aos desafios da administração nós respondemos com a nossa constante e afirmativa disposição de trabalho. Temos consciência do muito que nos esforçamos juntos aos nossos leais colaboradores para equacionar e dar solução a uma gama de problemas ligados à realização da Justiça. Os percalços naturais a quem dirige qualquer parcela de serviço público não nos atemorizaram. Procuramos criar estímulos à produtividade nos variados setores responsáveis pelo desempenho da máquina judiciária. Incentivamos, quanto pudemos, os recursos humanos de que depende o funcionamento da Justiça, visando a um melhor índice quantitativo e qualitativo de rendimento.

Face às limitações das nossas disponibilidades orçamentárias, fizemos o que a nossa visão julgou melhor dentro das contingências que nos esperaram.

Muito recolhemos da sabedoria que a surpreendente experiência de administrar nos ofereceu. Mantivemos bastantes contactos com servidores da Justiça, do mais graduado ao mais humilde, e com todos sempre fomos compreensivos e tolerantes sem concessões comprometedoras. Evitamos as punições. O conselho e a persuasão foram a tônica de nossa filosofia de trabalho no lidar com os que erraram. Disso colhemos os melhores frutos em termos de aperfeiçoamento do organismo administrativo. Mas, assim não procedemos experimentalmente ou por estudada atitude, senão por ser essa a forma de relacionamento humano que mais se identifica como o feito do nosso caráter. Coisa alguma no mundo é totalmente má. O lado bom há de ser encontrado e ponderado nos julgamentos.



É que aprendemos a valorizar as ações humanas por mínimas que sejam, pois, "Tudo vale a pena se a alma não é pequena", como disse Carlos Drummond de Andrade.

Senhores Desembargadores:

Aqui se encerra a parte preambular deste Relatório. De agora em diante, falarão as estatísticas e, em paralelo, alguns comentários informativos. Mas, antes de fazermos um ponto final neste prefácio, suplicamos que relevem os pecados deste administrador um tanto sem jeito que um dia a pródiga generosidade de Vossas Excelências pôs à frente da Chefia do Poder Judiciário do nosso Estado. Acreditamos, porém, não ter errado tanto a ponto de decepcioná-los. Alguma coisa deixamos como atestado da nossa boa vontade e ambição de servir.

Portanto, neste instante em que nos desobrigamos do tão honroso encargo, é-nos gratíssimo, Senhores Desembargadores, renovar-lhes, e o fazemos com muita emoção, o nosso reconhecimento por essa confiança que muito nos confortou e nos animou ao longo de nossa modesta administração. Também é de justiça destacar a eficiente colaboração que nos foi prestada pela Corregedoria Geral da Justiça, representada pela pessoa do ilustrado Desembargador Jeová da Rocha Vanderlei.

Também aqui é de ser manifestada a nossa profunda gratidão ao honrado e inteligente magistrado Dr. Agenor Ferreira de Lima que na Assessoria da Presidência deu testemunho de sua cultura, competência e inexcusável lealdade. Queremos, por fim, agradecer ao Exmo. Sr. Procurador Geral da Justiça, aos Procuradores de Justiça, Juízes, Promotores, advogados, ao Sr. Secretário da Casa, ao Sr. Chefe do Gabinete da Presidência e auxiliares do setor, aos Srs. Diretores dos Departamentos, aos demais funcionários do Tribunal, da Corregedoria, do Forum Paula Batista, aos servidores extrajudiciários, aos serventuários da Justiça e a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, nos ajudaram no desempenho do nosso mandato.

Agora, só nos resta desejar, ardentemente, que o novo timoneiro, o eminente Desembargador Geraldo Campos, tenha uma profícua e significativa jornada de trabalho por todos os dias do seu governo.

## 2. PRESIDÊNCIA

2.1 — As tarefas especificamente próprias do Gabinete da Presidência atingiram, em minha administração, um crescimento pouco visto nos anos anteriores. Isso se explica porque às atividades normais da rotina administrativa somou-se um trabalho minucioso de enquadramento e aproveitamento dos servidores do Quadro do Tribunal de Justiça e do Foro da Capital resultante da reclassificação de cargos e funções criada pelas Lei Estaduais nºs. 7.592 e 7.593 de 19.06.1978. Essa atividade, de ordinário afeta a outros setores departamentais, teve, em virtude da sua complexidade jurídico-administrativa, de ser centralizada na Assessoria da Presidência onde foi supervisionada e afinal concluída, contando com a eficiente atuação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº. 76 de 18.07.1978 do qual participaram o Bel. Rinaldo Mota como Presidente e os funcionários Gaiber Cordeiro Pires, Ivanildo Fontoura de Oliveira, e Adnalda Alves Pereira, da Corregedoria, como vogais.

2.2 — Ainda pelo Gabinete da Presidência foram prestadas ao Supremo Tribunal Federal 11 informações em processos de habeas-cópus e 7 ao Tribunal de Justiça, em mandados de segurança. Diversas outras informações, em número de 16 foram encaminhadas a diferentes autoridades sobre variados assuntos de caráter administrativo. Foram expedidos 106 atos, 127 portarias, 6 circulares, 220 ofícios e um grande número de mensagens telegráficas. Recebidos foram 613 ofícios e uma multiplicidade de telegramas. Examinaram-se 88 petições de recursos extraordinário, sendo 81 em matéria cível e 7 em matéria criminal. Desses recursos 5 foram admitidos e 83 inadmitidos. Feitos administrativos: 249.

## 3. COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

3.1 — No exercício de 1978, foi a seguinte a composição do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

- ✓ Des. Nelson Pereira de Arruda – Presidente
- ✓ Des. Geraldo Magela Dantas Campos – Vice-Presidente
- ✓ Des. Jeová da Rocha Vanderlei – Corregedor Geral da Justiça
- ✓ Des. Augusto de Souza Duque
- ✓ Des. Cláudio de Moraes Vasconcelos
- ✓ Des. José Ferraz Ribeiro do Valle
- ✓ Des. João Batista Guerra Barretto
- ✓ Des. Aderson Antão de Carvalho
- ✓ Des. José Pessoa de Oliveira Cavalcanti
- ✓ Des. Ovílio Neiva Coêlho
- ✓ Des. Pedro Martiniano Lins
- ✓ Des. Agamenon Duarte Lima
- ✓ Des. Pedro Ribeiro Malta
- ✓ Des. Gabriel Lucena Cavalcanti
- ✓ Des. Benildes de Souza Ribeiro

3.2 – O Tribunal de Justiça, por suas Câmaras Conjuntas, escolheu para suplente de membro do Tribunal Regional Eleitoral, na classe de Juiz, o Dr. Agenor Ferreira de Lima, magistrado do foro da Capital, convocado para Auxiliar da Presidência, durante o período de nossa gestão.

#### 4. CONSELHO DE JUSTIÇA

4.1 – O Conselho de Justiça funcionou com a seguinte composição: Desembargadores Nelson Pereira de Arruda – Presidente, Geraldo Magela Dantas Campos, Jeová da Rocha Vanderlei, João Batista Guerra Barretto e Pedro Ribeiro Malta.

##### 4.2 – SESSÕES REALIZADAS

Ordinárias . . . . .	36
Extraordinárias . . . . .	65

##### 4.3 – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Ao Des. Geraldo Campos . . . . .	79
Ao Des. Jeová Vanderlei . . . . .	79
Ao Des. Guerra Barretto . . . . .	80
Ao Des. Pedro Malta . . . . .	79

##### 4.4 – PROCESSOS JULGADOS

Foram julgados 247 processos relatados pelos seguintes desembargadores:	
Geraldo Campos . . . . .	65
Jeová Vanderlei . . . . .	63
Guerra Barretto . . . . .	64
Pedro Malta . . . . .	43
José Pessoa . . . . .	12

##### 4.5 – SECRETARIA

O expediente da Secretaria do Conselho registrou o movimento abaixo discriminado:

Ofícios recebidos . . . . .	265
Ofícios expedidos . . . . .	252
Telegramas recebidos . . . . .	65
Telegrama expedidos . . . . .	1
Editais publicados . . . . .	14

## 5. ATUAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 5.1 – COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

5.1.1 – A Comissão de Jurisprudência integrada pelos Desembargadores Cláudio de Moraes Vasconcelos, seu Presidente, José Pessoa de Oliveira Cavalcanti e Benildes de Souza Ribeiro, desenvolveu grande atividade, deixando atualizada a publicação da nossa revista ARQUIVO FORENSE.

5.1.2 – A Comissão realizou 97 sessões, expediu 26 ofícios e recebeu 17.

5.1.3 – Foram publicados os volumes LXV e LXVI, da revista "ARQUIVO FORENSE", referentes ao primeiro e segundo semestres de 1977. Encontra-se, em poder desta Presidência, a matéria correspondente ao volume LXVII, que serão levadas à impressão.

### 5.2 – COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E DE REGIMENTOS INTERNOS

5.2.1 – Até a conclusão deste Relatório ainda não haviam chegado ao Gabinete da Presidência os dados referentes às atividades desta Comissão que é composta pelos Desembargadores Augusto de Souza Duque, Gabriel Lucena Cavalcanti e Aderson Antão de Carvalho.

## 6. ATUAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS

### 6.1 – DEPARTAMENTO DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES

6.1.1 – Durante o ano de 1978, foram recebidos dos departamentos Cível e Criminal o total de 1914 processos, sendo 863 cíveis e 1051 criminais.

6.1.2 – Este Departamento não contou com o número completo de datilógrafos, durante boa parte do ano, mas ainda assim, foram datilografados 1523 processos adiante discriminados: 777 cíveis e 746 criminais. Ficaram para o próximo ano, para serem datilografados, 405 processos, sendo 319 criminais e 86 cíveis.

6.1.3 – Foram confeccionados 25 Livros de Registro de Acórdãos Cíveis e 18 Criminais, perfazendo um total de 43, sendo assim datilografadas 10750 folhas neste exercício de 1978, uma vez que cada Livro contém 250 folhas.

6.1.4 – Esta Divisão tem a responsabilidade de fazer a distribuição do ARQUIVO FORENSE aos Exmos. Srs. Desembargadores e Juízes da Capital e do Interior, além de enviar aos Exmos. Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal essa acreditada Revista.

6.1.5 – O Arquivo Forense foi remetido para os diversos Tribunais do País, bem como para o Exterior. Este ano foram distribuídos cerca de 3000 volumes do ARQUIVO FORENSE. Foram editados os de número LXIV (2º semestre 1976), LXV (1º semestre 1977), LXVI (2º semestre 1977) e LXVII (1º semestre 1978), que se encontra, ainda, no prelo.

6.1.6 – No ano de 1978, a Divisão de Jurisprudência fez publicar no Diário da Justiça 312 ementas, dos diversos julgados deste Egrégio Tribunal, assim classificados:

Direito Civil . . . . .	80
Direito Processual Civil . . . . .	88
Direito Penal . . . . .	51
Direito Processual Penal . . . . .	49
Direito Administrativo . . . . .	18
Direito Comercial . . . . .	16
Direito Constitucional . . . . .	10



## TJPE - BIBLIOTECA

6.1.7 — Salientamos ainda ter sido a Jurisprudência consultada por diversos advogados da Capital e do Interior, bem como de nossos Estados vizinhos, principalmente da Paraíba e Alagoas.

### 6.2 — DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E PESSOAL

6.2.1 — Este Departamento desenvolveu grande atividade, notadamente no que concerniu aos trabalhos de levantamento das informações funcionais relativas a todo o pessoal do Quadro do Tribunal de Justiça com vista ao enquadramento e aproveitamento desses servidores. Igual trabalho de verificação de currículo funcional foi elaborado pela Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça com referência ao Quadro do seu pessoal. Esses dois trabalhos de setores do pessoal foram enviados a esta Presidência que à vista do Relatório do Grupo de Trabalho tornou efetiva a reclassificação de todo o funcionalismo que atende aos serviços auxiliares da Secretaria do Tribunal e do Foro.

É de ser salientado que não foi sem luta persistente que conseguimos tornar efetiva a reclassificação que veio, em momento inadiável, minorar a calamitosa situação de penúria econômico-financeira em que se debatia tantos e tantos humildes servidores, com negativo reflexo no rendimento de trabalho nos diferentes setores da administração.

Tratava-se de um plano reclassificatório que, formalizado através de mensagem oriunda deste Tribunal e transformado nos Projetos nºs. 681 e 682, se encontrava na Assembléia Legislativa sem perspectiva de tramitação mais expedita.

Devemos então salientar que, como Presidente desta Casa, mantivemos contactos com autoridades, desenvolvemos gestões juntos aos que fazem o Poder Legislativo e promovemos encontros com Suas Excelências os Secretários da Justiça, da Fazenda, da Administração e do Governo, para, afinal, tornar a reclassificação esta realidade que hoje conhecemos e que foi o anseio de todos os funcionários, seus beneficiários. Aos representantes do povo na Assembléia Legislativa e a Sua Excelência o Governador Moura Cavalcanti e seus dinâmicos Secretários que se manifestaram compreensivamente sensíveis a esse pleito, todo o penhor da nossa comovida gratidão, somada a dos abnegados servidores do Judiciário.

6.2.2 — Depois de procedido ao enquadramento e aproveitamento do pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça restaram 15 cargos vagos de Oficial Judiciário, símbolo PJ-T-10, inicial de carreira e para seu provimento esta Presidência fez realizar o concurso público de provas cuja Comissão Examinadora, composta do Des. Pedro Martiniano Lins, seu Presidente, e do Juiz Dr. Agenor Ferreira de Lima e do Chefe do Gabinete Dr. Rinaldo Mota, aprovou 12 candidatos. O concurso foi homologado pelo Tribunal de Justiça, tendo sido nomeados todos os concursados através do ato nº. 105 de 11 de dezembro de 1978 desta Presidência. Pelo visto, outro concurso terá de realizar-se para o provimento dos três cargos remanescentes.

6.2.3 — Anteriormente, outro concurso público foi realizado, com vistas ao preenchimento do único cargo isolado de Oficial Encarregado do Arquivo, símbolo PJ-T-10, tendo sido aprovados dois candidatos. Foi nomeada a Srta. Marlene Rodrigues Cavalcante a qual tomou posse e se encontra no exercício. A Comissão Examinadora foi presidida pelo Des. José Ferraz Ribeiro do Valle e teve como vogais os Drs. Agenor Ferreira de Lima e Rinaldo Mota.

6.2.4 — Os Juízes Substitutos Luiz Carlos da Cunha Mariz, Dorgival de Verçosa Lima e Walter Gomes de Melo, que concluíram, em nossa gestão, o estágio de dois anos de exercício, tiveram apreciados e avaliados pelo Conselho de Justiça os seus títulos os quais, julgados suficientes foram submetidos, em forma de parecer, ao Egrégio Tribunal de Justiça onde foram aprovados. Estes magistrados, assim capacitados, foram nomeados para o cargo de Juiz de Direito, por ato do Exmo. Sr. Governador do Estado.

6.2.5 – Criadas pela Lei nº. 7.503 de 18.11.1977, que modificou o Código de Organização Judiciária do Estado, foram instaladas as seguintes Varas: na Capital – 2ª. Vara de Sucessão e Registro Público, 1ª. Vara Privativa da Assistência Judiciária e a 2ª. Vara da Fazenda Estadual; no Interior – a 2ª. Vara de São Lourenço da Mata, 2ª. Vara de Paulista, 4ª. Vara de Garanhuns, a 3ª. Vara Cível de Olinda e outra Criminal da mesma Comarca e uma Vara Criminal em Caruaru.

6.2.6 – Ainda por força da citada Lei nº. 7.503/77, foram restauradas e reinstaladas, no Interior, as Comarcas de Venturosa, Verdejantes, Cachoeirinha, São João, Toritama, Poção, Palmeirina e Joaquim Nabuco.

6.2.7 – Os Juízes de Direito, Drs. Magui Lins de Azevedo, Júlio Pereira de Almeida, Gil Buarque de Macedo e Jáder Jordão de Vasconcelos que se encontravam em disponibilidade, foram aproveitados, nas próprias Comarcas de que eram titulares ao tempo em que foram extintas. O Bel. Edmundo Jordão de Vasconcelos Sobrinho, Juiz de Direito, que também se encontrava em disponibilidade, foi aproveitado na Comarca de Águas Belas.

6.2.8 – Também foram providos 10 cargos de Juiz de Direito Substituto da Capital criados pela mencionada Lei 7.503/77.

#### 6.2.9 – NOMEAÇÕES

Foram nomeados os Béis. José Alves de Queiroz, José Vital Bezerra Galindo, Pedro Coutinho de Almeida e Alexandre Gadelha Malta de Moura, para o cargo de Juiz Substituto.

#### 6.2.10 – REMOÇÕES

Foram removidos os Béis. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho e Hélio Barros de Siqueira Campos, de Substitutos da Capital, para titulares respectivamente, da 2ª. Vara da Fazenda Estadual e da Vara de Sucessões e Registros Públicos.

Foram ainda removidos os Béis. José Agripino e Silva, José Oliveira de Lima Filho, Joaquim Rodrigues de Castro, José Alencar Dias da Costa Araújo, Ítalo José de Miranda Fonseca, Amaro José de Araújo, Aécio José Maranhão da Fonte, Antônio Martins Veras, André de Andrade Albuquerque, Hélio Vidal Campos, Antônio de Pádua Carneiro Camarotti Filho, Rilton Rodrigues da Silva, Beraldo de Arruda Veras, Arlindo de Barros Correia, João de Oliveira e Júlio Pereira de Almeida.

6.2.11 – No ano de 1978, não houve alteração na segunda instância.

#### 6.2.12 – PROMOÇÕES

Na Capital: os Juízes de Direito Humberto da Costa Soares, Leduar Monteiro Cavalcanti, Antônio de Barros e Silva, André Alves de Melo, José Ferreira Lima, Antônio Lira Souza, José Luiz Ramos Wanderley, Ivan Malta Gatto, Mário Alves de Souza Melo, José Maria Florentino de Lima, Roberto Vasconcelos Guimarães, Valdir Barbosa, Ozael Rodrigues Veloso, José Oliveira Lima Filho, Armando de Barros Figueiredo, Rômulo Gomes Falcão e Etério Ramos Galvão Filho.

No Interior: de 1ª. para 2ª. entrância foram promovidos os Juízes Adalberto Pereira Lopes, Duque Rodrigues de Sampaio, Eloy D'Almeida Lins, Gilberto da Silva, Lavanério de Queiroz Duarte, Pedro Pedrosa de Oliveira Melo, Nelson Meireles Ribeiro de Castro, Vânio Fox da Rocha Pereira, Beraldo de Arruda Veras, Jáder Jordão de Vasconcelos, Zamir Machado Fernandes, Magui Lins Azevedo, José Maria de Carvalho, Arlindo de Barros Correia, Antônio de Pádua Couto Caraciolo, Júlio Pereira de Almeida, Jones Figueiredo Alves, Ruy Trezena Patu, José Rabelo de Araújo Pimenta, João de Oliveira, Maurício Lins Galvão e Gil Buarque da Fonseca, sendo que os quatro últimos citados não aceitaram promoção.

### 6.2.13 – APOSENTADORIA

Aposentou-se o Juiz de Direito Ivan Malta Gatto.

### 6.2.14 – FALECIMENTO

Faleceu o Juiz de Direito Roberto de Vasconcelos Guimarães.

### 6.2.15 – CONCURSO DE JUIZ SUBSTITUTO

Pela exposição das informações acima, fornecidas pelo Departamento do Pessoal é de crer-se que talvez em qualquer das administrações anteriores jamais tenha sido tão grande o remanejamento no Quadro dos Juízes em virtude mesmo de um sem número de promoções, remoções, aproveitamentos conseqüentes de criação e instalação de Comarcas e Varas, na Capital e no Interior, além de restauração e reinstalação de Comarcas extintas, sem falar nas duas vagas de Juiz de Direito Substituto abertas, uma por aposentadoria e outra por falecimento de magistrados.

Conseqüência disso é a falta de Juízes em várias regiões do Estado, principalmente, nas longínquas Comarcas do Sertão onde aconteceu alguns magistrados chegarem a responder por duas e até três Comarcas, cada uma distante léguas e léguas da outra.

Uma das metas da nossa administração era deixar cada Comarca da primeira entrância provida de Juiz, pois, atendida esta necessidade, minimizados estariam os graves problemas do insatisfatório desempenho da máquina judiciária propiciadores dos inevitáveis reflexos negativos para o conceito do Poder Judiciário no seio das comunidades. Claro que a solução estava e está na promoção do concurso público para o provimento de nada menos de 26 cargos vagos de Juiz Substituto, inicial da carreira da magistratura. Tentamos resolvê-lo.

O concurso foi aberto, mas a insatisfação de vários candidatos que tiveram indeferidos os seus pedidos de inscrição levou mais de uma dezena deles à impetração de sete mandados de segurança que, atualmente, tramitam nesta Corte. Conseqüência primeira da postulação foi a paralisação do concurso ex-vi da concessão das liminares requeridas com tal finalidade. E assim a carência de Juízes continua problema de solução adiada.

### 6.2.16 – BIBLIOTECA

Do bem elaborado relatório subscrito pela bibliotecária D. Maria Leônia de Araújo constam os seguintes dados informativos que estão a demonstrar a grande procura dos nossos serviços bibliotecários:

#### 6.2.16.1 – ACERVO DA BIBLIOTECA

Ano de 1977 . . . . .	10813
Ano de 1978 . . . . .	11322

Ficou assim a Biblioteca enriquecida de mais 509 obras que correspondem às seguintes aquisições:

#### a) Compras

Periódicos . . . . .	50
Livros . . . . .	51

#### b) Doações

Periódicos . . . . .	186
----------------------	-----

Livros . . . . .	83
Boletins . . . . .	139

### 6.2.16.2 – SEÇÃO DE REFERÊNCIA

Empréstimos efetuados . . . . .	3600
Consultas feitas . . . . .	26040

6.2.16.3 – Vale considerar, também, que o crescimento do nosso acervo bibliográfico, inevitavelmente, como se era de esperar, ocupou já todo o espaço da Biblioteca em virtude do que a bibliotecária foi obrigada a colocar vários jornais, que vieram da encadernação, sobre a mesa de leitura, à falta de lugar. Tomando conhecimento do problema já nos dias próximos ao encerramento desta gestão, não pôde esta Presidência contar com os meios financeiros para solucioná-lo.

## 6.3 – DEPARTAMENTO FINANCEIRO

6.3.1 – Durante o exercício de 1978, este Departamento realizou às despesas constantes do presente relatório, as quais se encontram discriminadas por elementos, perfazendo o total de Cr\$ 138.775.931,67, ultrapassando em Cr\$ 33.185.411,67, do que foi fixado através da Lei Orçamentária nº. 7.538 de 05.12.1977, no valor de Cr\$ 105.590.520,00. A diferença mencionada foi atendida através de Suplementação.

### 6.3.2 – DESPESAS CORRENTES

Pessoal Civil – vencimento e vantagens fixas . . . . .	Cr\$ 94.973.386,54
Pessoal Civil – despesas variáveis . . . . .	Cr\$ 3.274.151,20
Salário-Família . . . . .	Cr\$ 1.385.745,90
Inativos . . . . .	Cr\$ 33.465.490,97
Outros Serviços de Terceiros . . . . .	Cr\$ 3.043.768,78
Material de consumo . . . . .	Cr\$ 1.417.842,82
Remuneração de Serviços Pessoais . . . . .	Cr\$ 46.703,00
Encargos diversos . . . . .	Cr\$ 103.343,78
Despesas de exercícios anteriores . . . . .	Cr\$ 282.348,88

### 6.3.3 – DESPESAS DE CAPITAL

Equipamentos e Instalações . . . . .	Cr\$ 689.074,80
Material Permanente . . . . .	Cr\$ 94.075,00

## 6.4 – DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

6.4.1 – No decorrer deste ano, foram expedidos 129 ofícios; formulados 16 processos de cartas convite e tomada de preço para aquisição de material e serviços; elaborados 09 contratos de empreitamento de prestação de serviços, manutenção e conservação; e, atenderam-se a 287 requisições dos Exmos. Srs. Drs. Juízes das Comarcas de 2ª. e 1ª. Entrância, e, ainda, a 213 dos Departamentos, Divisões, Seções da Secretaria deste Tribunal e Conselho de Justiça, cujas despesas podem ser assim resumidas:

Secretarias . . . . .	Cr\$ 311.988,89
Comarcas de 2ª. Entrância . . . . .	Cr\$ 132.763,55
Comarcas de 1ª. Entrância . . . . .	Cr\$ 81.344,16
TOTAL . . . . .	Cr\$ 526.096,60

### 6.4.2 – AQUISIÇÕES

- a) 01 luminária, tipo Lanterna, em latão e bronze oxidado, com vidro especial, para substi-

## TJPE - BIBLIOTECA

tutir uma das que se encontrava no 1a. andar, nas proximidades do Tribunal do Júri, inutilizada devido a um curto-circuito.

b) 40 lanternas modelo PQ-7078, 02 modelo PQ-7055, todas com bordas de bronze e vidro fosco e 02 plafons (iustres) com aro de bronze e adorno de cristal com 0,50 cm de diâmetro, para uniformizar o pavimento térreo do Palácio da Justiça, com as dos 1o. e 2o. andares.

c) 01 máquina calculadora, marca Sharp, para o Departamento Financeiro.

d) Aquisições de vestuário, material de expediente e impressos através das atividades Administrativa e Judiciária.

### 6.4.3 – MEDIANTE PERMUTA

a) 04 automóveis da marca Chevrolet, tipo Comodoro-Sedan, modelo 1979, série 5P69EJ, com 04 cilindros, equipados com rádio AM/FM, relógio elétrico e outros, oriundos de fábrica, para melhor atendimento e segurança dos Desembargadores, uma vez que os que vinham servindo, modelos 1973 e 1974 com 06 cilindros, não se encontravam em bom estado de conservação e, vinha trazendo maiores despesas com gasolina e oficina.

b) 01 automóvel Volkswagen-Brasília, modelo 1979, com rádio AM/FM, para uso do Departamento Financeiro, dando assim, melhores condições de apresentação ao titular daquele serviço, junto aos Bancos e Repartições.

### 6.4.4 – INSTALAÇÃO

a) Por solicitação da Presidência do Tribunal, a Telecomunicações de Pernambuco S.A. (TELPE) fez instalar 3 cabines de telefones para uso público, sendo 2 no andar térreo do Palácio da Justiça e outra no hall do Fórum Paula Batista.

### 6.4.5 – ALIENAÇÃO

Mediante processo regular e, após prévia avaliação, observada a Resolução nº. 03/74, do Tribunal de Contas do Estado, de 28 de agosto de 1974, e o Decreto-Lei nº. 258, de 17 de abril de 1970 (Processo de nº. 14/78, arquivado no Departamento de Material e Patrimônio deste Tribunal), foram alienados, sob a forma de permuta, os seguintes veículos:

a) 04 automóveis da marca Chevrolet, tipo Opala, sendo dois modelos 1974 e dois do modelo 1973, motores de números 5P69DDB147505; 5P69DDB104984; 5P69DCB137541 e 5P69DCB137538.

b) 01 veículo da marca Willys, tipo Rural, motor B9-335582, que se encontrava em estado precário e inservível para o serviço público.

### 6.4.6 – RESTAURAÇÃO

a) Por se encontrar em estado precário, o Duplicador "Gestetner", modelo 360, série 5B7886, de propriedade deste Tribunal, foi restaurado.

b) Foi restaurado 01 ventilador de teto, marca "Titam", que é utilizado na cantina-café dos Srs. Desembargadores, localizada no pavimento térreo do Palácio da Justiça.

c) Por se encontrar bastante avariado, 01 bebedouro de propriedade deste Tribunal, instalado no pavimento térreo e, para atendimento do público, foi renovado.

d) Enrolamento de bobina, ajustamento mecânico e retificação do eixo em uma bomba

d'água, da marca "Weise", número 69853, com motor arno de 2HP, de propriedade do Tribunal.

e) Restauração do motor, colocação de gás, troca de relé e do capacitor em um refrigerador da marca "Frigidaire", de propriedade deste Tribunal.

f) Conserto em 01 máquina de calcular "Burroug", do Departamento Financeiro.

h) Conserto em um gravador do Salão de Sessões.

i) Restauração e conserto em 6 fichários, danificados pelo tempo de uso (18 anos), localizados no Fichário Geral da Secretaria deste Tribunal.

#### 6.4.7 – CONSERVAÇÃO

a) Por se encontrarem as áreas do térreo, 1º. e 2º. andares do Palácio da Justiça, e, ainda, a sacada principal, com suas pinturas carentes de renovação, foram as mesmas restauradas.

#### 6.4.8 – PUBLICAÇÕES

a) Publicação de 1000 exemplares do "Arquivo Forense", volume LXV, referente ao 10. semestre de 1977.

b) Publicação de 1000 exemplares do "Arquivo Forense", volume LXVI, referente ao 20. semestre de 1977.

c) 500 plaquetas dos discursos pronunciados por ocasião da posse do Desembargador Nelson Pereira de Arruda na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, no exercício em curso, que hoje expira.

#### 6.4.9 – AMPLIAÇÃO E REFORMAS

a) Substituição do madeirame (maçaranduba de miolo) e telhas na cobertura da parte central do Palácio da Justiça, onde se encontram as estátuas, distando 18,00 m de comprimento por 5,00 m de largura, que se encontravam a ponto de desabarem.

b) Substituição de dois degraus, medindo 17m<sup>2</sup>, revestidos em cimento, por outros dois de pedra-rachão trabalhadas, degraus, estes, que dá acesso ao Palácio da Justiça, pelo lado da Avenida Dantas Barreto, para se padronizar com os que dá acesso ao prédio, pela Rua do Imperador.

c) Renovação e modificação de 02 gabinetes sanitários, um para os homens e outro para as mulheres, situados no 2º. andar do Palácio da Justiça, de serventia dos funcionários do Tribunal, Consultoria do Estado e dos Procuradores e Auxiliares daquela Repartição, por se encontrarem em desigualdade de higiene e aspecto com os do 1º. andar, que foram restaurados no ano passado.

## 7. RELAÇÕES PÚBLICAS

7.1 – O Tribunal de Justiça manteve os melhores relacionamentos com as diversas autoridades federais, estaduais, municipais, eclesiásticas e educacionais, com os corpos consulares, bem assim com os Excelentíssimos Senhores Comandantes das Unidades do Exército, Marinha e Aeronáutica sediados nesta cidade, a quem somos agradecidos pela especial deferência dispensada a esta Casa.

Em clima de autêntica cordialidade esta Corte desenvolveu relações oficiais, as mais francas e até libérrimas da disciplina protocolar, com os eminentes Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo.

vo, representados pelas ilustres personalidades da melhor qualificação política que são o Governador José Francisco de Moura Cavalcanti e o Deputado Nivaldo Machado.

Devemos sublinhar, aliás que, a natureza dos negócios que mais de perto se identificaram com os interesses maiores da Justiça, levou-nos pessoalmente a manter mais amiudados e proveitosos contactos com Sua Excelência o Governador Moura Cavalcanti, dele tendo recebido as mais eloqüentes demonstrações de reverente apreço ao Tribunal. Ainda em razão dos variados assuntos que tivemos de tratar juntos a atuante equipe do Governo, diversos também foram os entendimentos havidos entre esta Presidência e as Secretarias da Justiça, da Fazenda, da Segurança pública, da Administração e do Governo, cujos titulares dispensaram a melhor atenção no atendimento dos pleitos do Tribunal. A Sua Excelência o Governador, bem como aos Secretários José Joaquim de Almeida Neto, Gustavo Krause, Sérgio Higino Dias dos Santos Filho, Gilberto Pessoa e Artur Pio Santos, estes competentes e atuantes Auxiliares do seu Governo, também o meu leal e sincero agradecimento.

## 7.2 – VISITANTES

O Tribunal de Justiça recebeu, em 1978, a visita de destacadas figuras dos meios políticos, militares e diplomáticas, conforme a relação abaixo:

Prof. Mário Pessoa.

Deputado Airon Rios, acompanhado do Prefeito de Cachoeirinha.

Mr. Jean Beliard, Embaixador da França.

Contra-Almirante Milton Ribeiro de Carvalho, Comandante do III Distrito Naval, acompanhado do Capitão-de-Mar-e-Guerra Mário Augusto Cardoso de Castro, Capitão dos Portos.

Sr. Max Seller, Embaixador da Suíça.

Sr. James Howard Stone, Embaixador do Canadá.

Des. Domingos Sávio Brandão Lima do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Deputado Wandenkok Wanderley.

Deputado Edmir Régis

Dr. José Joaquim de Almeida Neto, Secretário da Justiça.

Sr. Chamong Phahvrat, Embaixador da Tailândia.

Sr. Parvan Tchernev, Embaixador da Bulgária.

Dr. Gilvandro Coêlho.

Des. Marino Brandão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Dr. Ricardo Peidro Conde, Consul da Espanha em Salvador.

Deputado Jarbas Vasconcelos, acompanhado dos Drs. Joaquim Correia de Carvalho Júnior, Donrany Sampaio, Egydio Ferreira Lima e Fernando Coêlho.

Sr. Kikuo Wada, Consul Geral do Japão.

Sr. Francisco Xavier Vallaura Fernandes Pena, Embaixador da Espanha.

Sr. Josef Rusnak, Consul Geral da Alemanha.

7.3 – O Tribunal de Justiça fez-se representar em várias solenidades cívicas e religiosas promovidas pelo Governo do Estado e pelos Comandos das Forças Armadas sediadas nesta Capital.

7.4 – Em 14 de junho, o Presidente do Tribunal recebeu, em Itajubá, Estado de Minas Gerais, uma Comenda Comemorativa dos sesqüicentenário de nascimento do Marechal de Campo Manuel Deodoro da Fonseca, outorgada pelo Exmo. Sr. Prefeito daquele Município.

7.5 – A convite do Exmo. Sr. Ministro Carlos Thompson Flores, Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Justiça, esteve presente, na pessoa do seu Presidente, às solenidades comemorativas do sesqüicentenário de instalação daquela mais alta Corte de Justiça do País, realizadas em Brasília.

vo, representados pelas ilustres personalidades da melhor qualificação política que são o Governador José Francisco de Moura Cavalcanti e o Deputado Nivaldo Machado.

Devemos sublinhar, aliás que, a natureza dos negócios que mais de perto se identificaram com os interesses maiores da Justiça, levou-nos pessoalmente a manter mais amiudados e proveitosos contactos com Sua Excelência o Governador Moura Cavalcanti, dele tendo recebido as mais eloqüentes demonstrações de reverente apreço ao Tribunal. Ainda em razão dos variados assuntos que tivemos de tratar juntos a atuante equipe do Governo, diversos também foram os entendimentos havidos entre esta Presidência e as Secretarias da Justiça, da Fazenda, da Segurança pública, da Administração e do Governo, cujos titulares dispensaram a melhor atenção no atendimento dos pleitos do Tribunal. A Sua Excelência o Governador, bem como aos Secretários José Joaquim de Almeida Neto, Gustavo Krause, Sérgio Higino Dias dos Santos Filho, Gilberto Pessoa e Artur Pio Santos, estes competentes e atuantes Auxiliares do seu Governo, também o meu leal e sincero agradecimento.

## 7.2 – VISITANTES

O Tribunal de Justiça recebeu, em 1978, a visita de destacadas figuras dos meios políticos, militares e diplomáticas, conforme a relação abaixo:

Prof. Mário Pessoa.

Deputado Airon Rios, acompanhado do Prefeito de Cachoeirinha.

Mr. Jean Beliard, Embaixador da França.

Contra-Almirante Milton Ribeiro de Carvalho, Comandante do III Distrito Naval, acompanhado do Capitão-de-Mar-e-Guerra Mário Augusto Cardoso de Castro, Capitão dos Portos.

Sr. Max Seller, Embaixador da Suíça.

Sr. James Howard Stone, Embaixador do Canadá.

Des. Domingos Sávio Brandão Lima do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Deputado Wandenkok Wanderley.

Deputado Edmir Régis

Dr. José Joaquim de Almeida Neto, Secretário da Justiça.

Sr. Chamong Phahvrat, Embaixador da Tailândia.

Sr. Parvan Tchernev, Embaixador da Bulgária.

Dr. Gilvandro Coêlho.

Des. Marino Brandão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Dr. Ricardo Peidro Conde, Consul da Espanha em Salvador.

Deputado Jarbas Vasconcelos, acompanhado dos Drs. Joaquim Correia de Carvalho Júnior, Donrany Sampaio, Egydio Ferreira Lima e Fernando Coêlho.

Sr. Kikuo Wada, Consul Geral do Japão.

Sr. Francisco Xavier Vallaura Fernandes Pena, Embaixador da Espanha.

Sr. Josef Rusnak, Consul Geral da Alemanha.

7.3 – O Tribunal de Justiça fez-se representar em várias solenidades cívicas e religiosas promovidas pelo Governo do Estado e pelos Comandos das Forças Armadas sediadas nesta Capital.

7.4 – Em 14 de junho, o Presidente do Tribunal recebeu, em Itajubá, Estado de Minas Gerais, uma Comenda Comemorativa dos sesqüicentenário de nascimento do Marechal de Campo Manuel Deodoro da Fonseca, outorgada pelo Exmo. Sr. Prefeito daquele Município.

7.5 – A convite do Exmo. Sr. Ministro Carlos Thompson Flores, Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Justiça, esteve presente, na pessoa do seu Presidente, às solenidades comemorativas do sesqüicentenário de instalação daquela mais alta Corte de Justiça do País, realizadas em Brasília.



7.6 – O Desembargador Otílio Neiva Coêlho, por delegação desta Presidência, representou o Tribunal de Justiça de Pernambuco nas festividades cívicas que assinalaram a passagem do 91º aniversário de instalação da Corte de Justiça piauiense, acontecidas na Capital daquele Estado.

7.7 – No VI Congresso Brasileiro de Magistrados, realizado de 6 a 9 de dezembro último, na Capital do Estado de Goiás, este Tribunal esteve representado na pessoa do seu Vice-Presidente o Desembargador Geraldo Magela Dantas Campos.

7.8 – O Presidente compareceu às solenidades de reinstalação das Comarcas de Cachoeirinha e São João, e esteve também presente, representando o Tribunal, na sessão solene de instalação do VIII ENCONTRO DE ADVOGADOS DE PERNAMBUCO, realizado de 01 a 05 de novembro na cidade de Garanhuns.

7.9 – Representando o Tribunal de Justiça, o Presidente compareceu à sessão solene de posse do Ministro Luiz Rafael Mayer no Supremo Tribunal Federal.

7.10 – O Tribunal foi representado, na pessoa do seu Presidente, na Sessão Magna de homenagem ao Supremo Tribunal Federal, promovida em João Pessoa, em novembro próximo findo, por iniciativa do Tribunal de Justiça da Paraíba e instituições educativas e culturais, ocasião em que pronunciou substancial conferência o Ministro Djaci Alves Falcão.

## 8. COMEMORAÇÕES E ATIVIDADES CULTURAIS

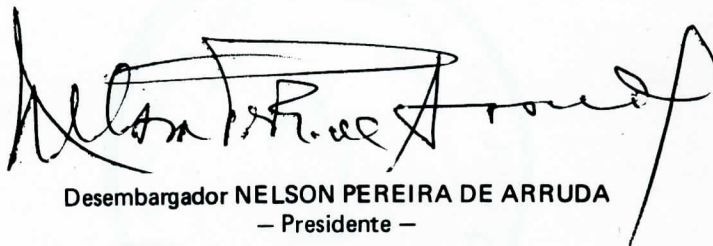
8.1 – O Tribunal de Justiça do nosso Estado, que, originariamente, tomou a denominação de Relação de Pernambuco, instalado no andar superior do prédio do antigo ERÁRIO PÚBLICO, viu passar, no ano de 1978, o seu 156º aniversário de instalação. Para lembrar a sua história gloriosa de mais de século e meio honrando a Justiça brasileira, a Presidência levou a efeito, no dia 14 de agosto um programa de festividades que teve como evento maior a excelente conferência, sob o tema "O Sentido da PRÁTICA", proferida pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Prof. Paulo Frederico do Rego Maciel, o que veio conferir à celebração da efeméride o mais alto nível cívico-cultural. Houve também a aposição, no Gabinete da Presidência, do retrato do Desembargador Anselmo Francisco Peretti que presidiu a Relação de Pernambuco no período de 1875 a 1877, trabalho de artesanato doado pela Exma. Sra. D. Maria Peretti, neta por afinidade do extinto magistrado. Honrou-nos essa Dama com a sua fidalga presença ao cerimonial. Ao ato de descerramento do retrato, falou o Desembargador e historiador Ribeiro do Valle, fazendo um esboço histórico da vida e obra do ilustre morto. Seguiu-se um coquetel oferecido às autoridades, no Salão Nobre do Tribunal.

8.2 – Por motivo do transcurso dos cento e cinquenta anos do Supremo Tribunal Federal, no dia 18 de setembro, esta Presidência prestou, por ocasião da sessão das Câmaras Conjuntas deste Tribunal, realizada nesse dia, singela mais condigna homenagem à Colenda Suprema Corte, solenidade da qual participou a Seccional Pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil representada por seu Presidente, o jurista Otávio de Oliveira Lobo.

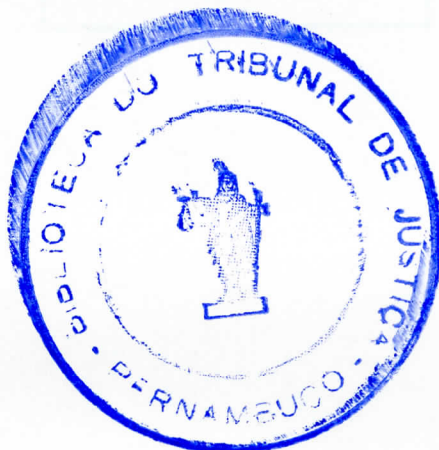
8.3 – Com o título de "DESEMBARGADOR NELSON ARRUDA – POSSE NA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA", foram reunidos em plaquete todos os discursos de homenagem proferidos por representantes de classes de profissionais do Direito, ao ensejo da cerimônia da nossa posse, incluída dentre as alocações a nossa oração de agradecimento.

## 9. ENCERRAMENTO

9.1 – Pedindo ao Altíssimo Juiz um futuro cada vez melhor para esta nobre Instituição, renovo a Vossas Excelências, Senhores Desembargadores, a expressão do nosso especial apreço.



Desembargador NELSON PEREIRA DE ARRUDA  
– Presidente –



TJPE - BIBLIOTECA



ANEXOS

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**FEITOS QUE DERAM ENTRADA NO TRIBUNAL DURANTE O ANO DE 1978**

**PORTARIA**

14	–	Arguição de Relevância
16	–	Ação Rescisória
42	–	Agravo de Despacho de Denegação de Recurso Extraordinário
108	–	Agravo de Instrumento
608	–	Apelação Cível
341	–	Apelação Crime
08	–	Conflito de Jurisdição
02	–	Denúncia
10	–	Desaforamento
03	–	Exceção de Suspeição
01	–	Exceção de Competência
231	–	Habeas Corpus
02	–	Impugnação ao Valor da Causa
63	–	Mandado de Segurança
01	–	Notificação Judicial
01	–	Pedido de Verificação de Cessação de Periculosidade
01	–	Queixa Crime
01	–	Reclamação
90	–	Recurso Extraordinário
03	–	Recurso Ordinário
02	–	Recurso Oriundo do Conselho de Justiça
01	–	Recurso de Relaxamento de Prisão
48	–	Recurso Crime de Habeas Corpus
85	–	Recurso Crime Diversos
31	–	Recurso Ex-Ofício
01	–	Representação
01	–	Restauração de Apelação Crime
43	–	Revisão Criminal
1.758		TOTAL

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**JULGAMENTOS REALIZADOS DURANTE O ANO DE 1978**

**CÂMARAS CONJUNTAS**

Des. NELSON ARRUDA (Presidente)		Apelação Cível	( 3)
270 – Administrativo	(270)	Des. OTÍLIO NEIVA	
Des. GERALDO CAMPOS (Vice-Presidente)		Des. DUARTE LIMA	
01 – Administrativo	( 01)	04 – Mandados de Segurança	
01 – Agravo Regimental		02 – Embargos ao Acórdão	( 6)
01 – Embargos ao Acórdão	( 2)	Des. PEDRO MALTA	
Des. AUGUSTO DUQUE		01 – Mandado de Segurança	( 1)
02 – Mandados de Segurança		Des. GABRIEL CAVALCANTI	
05 – Embargos ao Acórdão		03 – Mandados de Segurança	
01 – Queixa Crime		02 – Embargos Declaratórios	
01 – Denúncia	( 9)	01 – Questão Constitucional em	
Des. CLÁUDIO VASCONCELOS		Apelação Cível	
01 – Questão Constitucional em		01 – Ação Rescisória	( 7)
Apelação Cível		Des. SOUZA RIBEIRO	
01 – Mandado de Segurança	( 2)	01 – Mandado de Segurança	( 1)
Des. RIBEIRO DO VALLE		Des. JOVÁ VANDERLEI	
01 – Representação		01 – Recurso do Conselho	( 1)
03 – Mandados de Segurança		Juiz MAURO JORDÃO	
01 – Embargos ao Acórdão		01 – Agravo Regimental	
03 – Questão Constitucional em		01 – Mandado de Segurança	( 2)
Apelação Cível	( 08)	Juiz ALOISIO DE MELO XAVIER	
Des. PEDRO MARTINIANO LINS		01 – Embargos ao Acórdão	( 1)
Des. GUERRA BARRETO		Juiz CARLOS A. MARINHO	
02 – Questão Constitucional em		02 – Embargos ao Acórdão	
Apelação Cível		02 – Mandados de Segurança	( 4)
04 – Mandados de Segurança		Juiz NILDO NERY	
01 – Agravo Regimental		02 – Embargos ao Acórdão	( 2)
02 – Embargos ao Acórdão	( 9)	Juiz NELSON RIBEIRO LIMA	
Revisor		01 – Queixa Crime	( 1)
01 – Embargos ao Acórdão	( 1)	Juiz JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA	
Des. ADERSON CARVALHO		01 – Questão Constitucional em	
02 – Mandados de Segurança		Apelação Cível	( 1)
02 – Embargos ao Acórdão		Juiz WILSON VALENÇA	
01 – Apelação Cível (Questão		01 – Processo (Penas Acessórias)	
Const.)		01 – Mandado de Segurança	
03 – Recursos do Conselho	( 8)	01 – Embargos ao Acórdão	( 3)
Des. JOSÉ PESSÓA		Juiz HERMES PARAHYBA	
02 – Mandados de Segurança		02 – Mandados de Segurança	( 2)
01 – Questão Constitucional em			
SUB-TOTAL	74		
ADMINISTRATIVOS	<u>271</u>		
TOTAL GERAL	345		
SESSÕES REALIZADAS	45	ORDINÁRIAS	
	02	EXTRAORDINÁRIAS	
	<u>01</u>	SOLENE	
TOTAL	48		

## PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

### ESTATÍSTICA DOS JULGAMENTOS REALIZADOS NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1978:

<p>Des. CLÁUDIO VASCONCELOS</p> <p>57 – Apelações Cíveis</p> <p>06 – Recursos Ex-Ofício</p> <p>09 – Agravos de Instrumentos</p> <p>04 – Embargos Declaratórios</p> <p>01 – Conflito de Jurisdição</p> <p>01 – Exceção de Suspeição (78)</p> <p>Des. PEDRO MARTINIANO LINS</p> <p>15 – Apelações Cíveis</p> <p>05 – Agravos de Instrumentos</p> <p>01 – Embargos Declaratórios</p> <p>01 – Exceção de Suspeição (22)</p> <p>Des. PEDRO MALTA</p> <p>55 – Apelações Cíveis</p> <p>11 – Agravos de Instrumento</p> <p>05 – Embargos Declaratórios</p> <p>02 – Recursos Ex-Ofício (73)</p>	<p>Juiz NELSON RIBEIRO</p> <p>10 – Apelações Cíveis</p> <p>02 – Agravos de Instrumentos</p> <p>01 – Recurso Ex-Ofício</p> <p>01 – Embargo Declaratório (14)</p> <p>Juiz CARLOS ALBERTO MARINHO</p> <p>10 – Apelações Cíveis (10)</p> <p>Juiz MOTA VALENÇA</p> <p>14 – Apelações Cíveis</p> <p>03 – Agravos de Instrumento (17)</p> <p>Juiz EDGAR SOBREIRA</p> <p>05 – Apelações Cíveis</p> <p>03 – Agravos de Instrumento ( 8)</p> <p>RESUMO:</p> <p>TOTAL DE FEITOS . . . . . 222</p> <p>SESSÕES REALIZADAS (Ordinárias): 45</p>
--	---

## SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

### ESTATÍSTICA DOS JULGAMENTOS REALIZADOS NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1978:

<p>Des. GUERRA BARRETO (Apelações Cíveis)</p> <p>66 – Relator</p> <p>55 – Revisor</p> <p>12 – Agravos de Instrumentos</p> <p>05 – Recurso Ex-Ofício</p> <p>02 – Embargos Declaratórios Rel. (85) Rev. (55)</p> <p>Des. ADERSON CARVALHO</p> <p>57 – Apelações Cíveis</p> <p>01 – Conflito de Jurisdição</p> <p>10 – Agravos de Instrumentos</p> <p>03 – Embargos Declaratórios</p> <p>03 – Recurso Ex-Ofício (74)</p> <p>Des. JOSÉ PESSÔA</p> <p>65 – Apelações Cíveis</p>	<p>09 – Agravos de Instrumentos</p> <p>03 – Recursos Ex-Ofício</p> <p>01 – Agravo de Petição (78)</p> <p>Juiz NELSON RIBEIRO</p> <p>05 – Apelações Cíveis</p> <p>01 – Agravo Regimental na Exceção de Incompetência ( 6)</p> <p>Des. RIBEIRO DO VALE</p> <p>01 – Apelação Cível ( 1)</p> <p>RESUMO:</p> <p>TOTAL DE FEITOS . . . . . 244</p> <p>SESSÕES ORDINÁRIAS . . . . . 42</p> <p>SESSÃO EXTRAORDINÁRIA . . . . . 1</p>
--	--

## PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

### ESTATÍSTICA DOS JULGAMENTOS REALIZADOS NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1978:

<p>Des. CLÁUDIO VASCONCELOS</p> <p>57 – Apelações Cíveis</p> <p>06 – Recursos Ex-Ofício</p> <p>09 – Agravos de Instrumentos</p> <p>04 – Embargos Declaratórios</p> <p>01 – Conflito de Jurisdição</p> <p>01 – Exceção de Suspeição (78)</p> <p>Des. PEDRO MARTINIANO LINS</p> <p>15 – Apelações Cíveis</p> <p>05 – Agravos de Instrumentos</p> <p>01 – Embargos Declaratórios</p> <p>01 – Exceção de Suspeição (22)</p> <p>Des. PEDRO MALTA</p> <p>55 – Apelações Cíveis</p> <p>11 – Agravos de Instrumento</p> <p>05 – Embargos Declaratórios</p> <p>02 – Recursos Ex-Offício (73)</p>	<p>Juiz NELSON RIBEIRO</p> <p>10 – Apelações Cíveis</p> <p>02 – Agravos de Instrumentos</p> <p>01 – Recurso Ex-Offício</p> <p>01 – Embargo Declaratório (14)</p> <p>Juiz CARLOS ALBERTO MARINHO</p> <p>10 – Apelações Cíveis (10)</p> <p>Juiz MOTA VALENÇA</p> <p>14 – Apelações Cíveis</p> <p>03 – Agravos de Instrumento (17)</p> <p>Juiz EDGAR SOBREIRA</p> <p>05 – Apelações Cíveis</p> <p>03 – Agravos de Instrumento ( 8)</p> <p>RESUMO:</p> <p>TOTAL DE FEITOS . . . . . 222</p> <p>SESSÕES REALIZADAS (Ordinárias): 45</p>
---	--

## SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

### ESTATÍSTICA DOS JULGAMENTOS REALIZADOS NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1978:

<p>Des. GUERRA BARRETO (Apelações Cíveis)</p> <p>66 – Relator</p> <p>55 – Revisor</p> <p>12 – Agravos de Instrumentos</p> <p>05 – Recurso Ex-Offício</p> <p>02 – Embargos Declaratórios Rel. (85) Rev. (55)</p> <p>Des. ADERSON CARVALHO</p> <p>57 – Apelações Cíveis</p> <p>01 – Conflito de Jurisdição</p> <p>10 – Agravos de Instrumentos</p> <p>03 – Embargos Declaratórios</p> <p>03 – Recurso Ex-Offício (74)</p> <p>Des. JOSÉ PESSÓA</p> <p>65 – Apelações Cíveis</p>	<p>09 – Agravos de Instrumentos</p> <p>03 – Recursos Ex-Offício</p> <p>01 – Agravo de Petição (78)</p> <p>Juiz NELSON RIBEIRO</p> <p>05 – Apelações Cíveis</p> <p>01 – Agravo Regimental na Exceção de Incompetência ( 6)</p> <p>Des. RIBEIRO DO VALE</p> <p>01 – Apelação Cível ( 1)</p> <p>RESUMO:</p> <p>TOTAL DE FEITOS . . . . . 244</p> <p>SESSÕES ORDINÁRIAS . . . . . 42</p> <p>SESSÃO EXTRAORDINÁRIA . . . . . 1</p>
--	---

## TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

### ESTATÍSTICA DOS JULGAMENTOS REALIZADOS NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1978:

<p>Des. RIBEIRO DO VALLE            32 – Apelações Cíveis            02 – Recurso Ex-Offício            08 – Agravos de Instrumento            01 – Conflito de Jurisdição (43)</p> <p>Des. JEOVÁ VANDERLEI            30 – Apelações Cíveis            03 – Agravos de Instrumentos            01 – Recurso Ex-Offício            02 – Embargos Declaratórios (36)</p> <p>Des. GABRIEL CAVALCANTI            48 – Apelações Cíveis            05 – Agravos de Instrumentos            03 – Recurso Ex-Offício            01 – Embargo Declaratório (57)</p> <p>Des. JOSÉ PESSÔA            02 – Apelações Cíveis ( 2)</p>	<p>Juiz MAURO JORDÃO            28 – Apelações Cíveis            11 – Agravos de Instrumentos            01 – Conflito de Jurisdição            01 – Recurso Ex-Offício (41)</p> <p>Juiz GERALDO CORREIA            30 – Apelações Cíveis            07 – Agravos de Instrumento (37)</p> <p>Juiz CARLOS ALBERTO MARINHO            13 – Apelações Cíveis            01 – Recurso Ex-Offício            01 – Agravo de Instrumento (15)</p> <p>RESUMO:            TOTAL DE FEITOS . . . . . 231            SESSÕES ORDINÁRIAS . . . . . 41            SESSÃO EXTRAORDINÁRIA . . . . . 1</p>
--	---

## CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

### ESTATÍSTICA DOS JULGAMENTOS REALIZADOS NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1978:

<p>Des. GUERRA BARRETTO            01 – Ação Rescisória ( 1)</p> <p>Des. CLÁUDIO VASCONCELOS            01 – Agravo Regimental na Ação Rescisória nº. 79.807            01 – Ação Rescisória ( 2)</p> <p>Des. ADERSON CARVALHO            02 – Ações Rescisórias ( 2)</p> <p>Des. PEDRO MALTA            02 – Ações Rescisórias ( 2)</p> <p>Des. JEOVÁ VANDERLEI            01 – Ação Rescisória ( 1)</p>	<p>Juiz NELSON RIBEIRO LIMA            02 – Ações Rescisórias ( 2)</p> <p>Juiz LOPES DE OLIVEIRA            01 – Ação Rescisória ( 1)</p> <p>Juiz CARLOS ALBERTO MARINHO            01 – Agravo Regimental            01 – Ação Rescisória ( 2)</p> <p>RESUMO:            TOTAL DE FEITOS . . . . . 13            SESSÕES REALIZADAS (Ordinárias): 35</p>
---	---

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

### JULGAMENTOS REALIZADOS DURANTE O ANO DE 1978

#### PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

<p>Des. NELSON ARRUDA            Des. OTÍLIO NEIVA            61 – Apelações Crime            2 – Desaforamentos</p>	<p>16 – Recurso Diversos            14 – Recursos Crime H. Corpus (93)            Des. GERALDO CAMPOS            64 – Apelações Crime</p>
--	---



## TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

### ESTATÍSTICA DOS JULGAMENTOS REALIZADOS NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1978:

<p>Des. RIBEIRO DO VALLE            32 – Apelações Cíveis            02 – Recurso Ex-Offício            08 – Agravos de Instrumento            01 – Conflito de Jurisdição (43)</p>	<p>Juiz MAURO JORDÃO            28 – Apelações Cíveis            11 – Agravos de Instrumentos            01 – Conflito de Jurisdição            01 – Recurso Ex-Offício (41)</p>
<p>Des. JEOVÁ VANDERLEI            30 – Apelações Cíveis            03 – Agravos de Instrumentos            01 – Recurso Ex-Offício            02 – Embargos Declaratórios (36)</p>	<p>Juiz GERALDO CORREIA            30 – Apelações Cíveis            07 – Agravos de Instrumento (37)</p> <p>Juiz CARLOS ALBERTO MARINHO            13 – Apelações Cíveis            01 – Recurso Ex-Offício            01 – Agravo de Instrumento (15)</p>
<p>Des. GABRIEL CAVALCANTI            48 – Apelações Cíveis            05 – Agravos de Instrumentos            03 – Recurso Ex-Offício            01 – Embargo Declaratório (57)</p>	<p>RESUMO:</p>
<p>Des. JOSÉ PESSÔA            02 – Apelações Cíveis ( 2)</p>	<p>TOTAL DE FEITOS . . . . . 231            SESSÕES ORDINÁRIAS . . . . . 41            SESSÃO EXTRAORDINÁRIA . . . . . 1</p>

## CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

### ESTATÍSTICA DOS JULGAMENTOS REALIZADOS NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1978:

<p>Des. GUERRA BARRETTO            01 – Ação Rescisória ( 1)</p>	<p>Juiz NELSON RIBEIRO LIMA            02 – Ações Rescisórias ( 2)</p>
<p>Des. CLÁUDIO VASCONCELOS            01 – Agravo Regimental na Ação Rescisória nº. 79.807            01 – Ação Rescisória ( 2)</p>	<p>Juiz LOPES DE OLIVEIRA            01 – Ação Rescisória ( 1)</p> <p>Juiz CARLOS ALBERTO MARINHO            01 – Agravo Regimental            01 – Ação Rescisória ( 2)</p>
<p>Des. ADERSON CARVALHO            02 – Ações Rescisórias ( 2)</p>	<p>RESUMO:</p>
<p>Des. PEDRO MALTA            02 – Ações Rescisórias ( 2)</p>	<p>TOTAL DE FEITOS . . . . . 13</p>
<p>Des. JEOVÁ VANDERLEI            01 – Ação Rescisória ( 1)</p>	<p>SESSÕES REALIZADAS (Ordinárias): 35</p>

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

### JULGAMENTOS REALIZADOS DURANTE O ANO DE 1978

#### PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

<p>Des. NELSON ARRUDA            Des. OTÍLIO NEIVA            61 – Apelações Crime            2 – Desaforamentos</p>	<p>16 – Recurso Diversos            14 – Recursos Crime H. Corpus (93)</p> <p>Des. GERALDO CAMPOS            64 – Apelações Crime</p>
--	---

## TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

### ESTATÍSTICA DOS JULGAMENTOS REALIZADOS NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1978:

<p>Des. RIBEIRO DO VALLE            32 – Apelações Cíveis            02 – Recurso Ex-Offício            08 – Agravos de Instrumento            01 – Conflito de Jurisdição (43)</p> <p>Des. JEOVÁ VANDERLEI            30 – Apelações Cíveis            03 – Agravos de Instrumentos            01 – Recurso Ex-Offício            02 – Embargos Declaratórios (36)</p> <p>Des. GABRIEL CAVALCANTI            48 – Apelações Cíveis            05 – Agravos de Instrumentos            03 – Recurso Ex-Offício            01 – Embargo Declaratório (57)</p> <p>Des. JOSÉ PESSÔA            02 – Apelações Cíveis ( 2)</p>	<p>Juiz MAURO JORDÃO            28 – Apelações Cíveis            11 – Agravos de Instrumentos            01 – Conflito de Jurisdição            01 – Recurso Ex-Offício (41)</p> <p>Juiz GERALDO CORREIA            30 – Apelações Cíveis            07 – Agravos de Instrumento (37)</p> <p>Juiz CARLOS ALBERTO MARINHO            13 – Apelações Cíveis            01 – Recurso Ex-Offício            01 – Agravo de Instrumento (15)</p> <p>RESUMO:</p> <p>TOTAL DE FEITOS . . . . . 231            SESSÕES ORDINÁRIAS . . . . . 41            SESSÃO EXTRAORDINÁRIA . . . . . 1</p>
--	---

## CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

### ESTATÍSTICA DOS JULGAMENTOS REALIZADOS NOS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1978:

<p>Des. GUERRA BARRETTO            01 – Ação Rescisória ( 1)</p> <p>Des. CLÁUDIO VASCONCELOS            01 – Agravo Regimental na Ação Rescisória nº. 79.807            01 – Ação Rescisória ( 2)</p> <p>Des. ADERSON CARVALHO            02 – Ações Rescisórias ( 2)</p> <p>Des. PEDRO MALTA            02 – Ações Rescisórias ( 2)</p> <p>Des. JEOVÁ VANDERLEI            01 – Ação Rescisória ( 1)</p>	<p>Juiz NELSON RIBEIRO LIMA            02 – Ações Rescisórias ( 2)</p> <p>Juiz LOPES DE OLIVEIRA            01 – Ação Rescisória ( 1)</p> <p>Juiz CARLOS ALBERTO MARINHO            01 – Agravo Regimental            01 – Ação Rescisória ( 2)</p> <p>RESUMO:</p> <p>TOTAL DE FEITOS . . . . . 13            SESSÕES REALIZADAS (Ordinárias): 35</p>
---	---

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

### JULGAMENTOS REALIZADOS DURANTE O ANO DE 1978

#### PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

<p>Des. NELSON ARRUDA            Des. OTÍLIO NEIVA            61 – Apelações Crime            2 – Desaforamentos</p>	<p>16 – Recurso Diversos            14 – Recursos Crime H. Corpus (93)</p> <p>Des. GERALDO CAMPOS            64 – Apelações Crime</p>
--	---

03 – Desaforamentos	
09 – Recursos Crime Diversos	
18 – Recurso Crime Habeas Corpus	(94)
<b>Juiz CLODOALDO OLIVEIRA</b>	
01 – Recurso Crime Diverso	( 1)

**RESUMO:**

TOTAL DE FEITOS . . . . .	188
SESSÕES REALIZADAS (Ordinárias):	36

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

<b>Des. AUGUSTO DUQUE</b>	
48 – Apelações Criminais	
02 – Desaforamentos	
07 – Recursos Crime Diversos	
08 – Recursos Crime H. Corpus	(65)
<b>Des. AGAMENON D. LIMA</b>	
57 – Apelações Criminais	
1 – Desaforamento	
11 – Recursos Crime Diversos	
10 – Recurso Crime de H. Corpus	(79)
<b>Des. SOUZA RIBEIRO</b>	
52 – Apelações Crime	
02 – Desaforamento	
17 – Recurso Crime Diversos	
07 – Recurso Crime H. Corpus	(78)

<b>Juiz HERMES PARAHYBA</b>	
17 – Apelações Criminais	
04 – Recurso Crime Diversos	
02 – Recurso Crime H. Corpus	(23)
<b>Juiz NILDO NERY DOS SANTOS</b>	
02 – Apelações Criminais	( 2)
<b>Juiz JOSÉ TENÓRIO DE CERQUEIRA</b>	
18 – Apelações Crimes	
02 – Recurso Crime Diversos	
05 – Recurso Crime de H. Corpus	
02 – Pedidos Verificação de Cessa- ção da Periculosidade	(27)

**RESUMO:**

TOTAL DE FEITOS . . . . .	274
SESSÕES REALIZADAS (Ordinárias):	40

**CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS**

<b>Des. AUGUSTO DUQUE</b>	
33 – Habeas Corpus	
08 – Revisões Criminais	(41)
<b>Des. OTÍLIO NEIVA</b>	
52 – Habeas Corpus	
16 – Revisões Criminais	(68)
<b>Des. GERALDO D. CAMPOS</b>	
54 – Habeas Corpus	
11 – Revisões Criminais	
02 – Recurso Crime H. Corpus	(67)
<b>Des. AGAMENON D. LIMA</b>	
42 – Habeas Corpus	
10 – Revisões Criminais	
01 – Recurso Crime H. Corpus	(53)
<b>Des. SOUZA RIBEIRO</b>	
48 – Habeas Corpus	

14 – Revisões Criminais	
02 – Recurso Crime H. Corpus	(64)
<b>Juiz HERMES PARAHYBA JR.</b>	
18 – Habeas Corpus	
01 – Revisão Criminal	
01 – Recurso Crime H. Corpus	(20)
<b>Juiz NILDO NERY DOS SANTOS</b>	
04 – Revisões Criminais	( 4)
<b>Juiz NILSON C. LEÃO</b>	
01 – Revisão Criminal	( 1)

**RESUMO:**

TOTAL DE FEITOS . . . . .	318
SESSÕES REALIZADAS (Ordinárias):	40

03 – Desaforamentos		RESUMO:	
09 – Recursos Crime Diversos		TOTAL DE FEITOS . . . . .	188
18 – Recurso Crime Habeas Corpus (94)		SESSÕES REALIZADAS (Ordinárias):	36
Juiz CLODOALDO OLIVEIRA	( 1 )		

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

Des. AUGUSTO DUQUE		Juiz HERMES PARAHYBA	
48 – Apelações Criminais		17 – Apelações Criminais	
02 – Desaforamentos		04 – Recurso Crime Diversos	
07 – Recursos Crime Diversos		02 – Recurso Crime H. Corpus (23)	
08 – Recursos Crime H. Corpus (65)		Juiz NILDO NERY DOS SANTOS	
Des. AGAMENON D. LIMA		02 – Apelações Criminais ( 2 )	
57 – Apelações Criminais		Juiz JOSÉ TENÓRIO DE CERQUEIRA	
1 – Desaforamento		18 – Apelações Crimes	
11 – Recursos Crime Diversos		02 – Recurso Crime Diversos	
10 – Recurso Crime de H. Corpus (79)		05 – Recurso Crime de H. Corpus	
Des. SOUZA RIBEIRO		02 – Pedidos Verificação de Cessa- ção da Periculosidade (27)	
52 – Apelações Crime		RESUMO:	
02 – Desaforamento		TOTAL DE FEITOS . . . . .	274
17 – Recurso Crime Diversos		SESSÕES REALIZADAS (Ordinárias):	40
07 – Recurso Crime H. Corpus (78)			

**CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS**

Des. AUGUSTO DUQUE		14 – Revisões Criminais	
33 – Habeas Corpus		02 – Recurso Crime H. Corpus (64)	
08 – Revisões Criminais (41)		Juiz HERMES PARAHYBA JR.	
Des. OTÍLIO NEIVA		18 – Habeas Corpus	
52 – Habeas Corpus		01 – Revisão Criminal	
16 – Revisões Criminais (68)		01 – Recurso Crime H. Corpus (20)	
Des. GERALDO D. CAMPOS		Juiz NILDO NERY DOS SANTOS	
54 – Habeas Corpus		04 – Revisões Criminais ( 4 )	
11 – Revisões Criminais		Juiz NILSON C. LEÃO	
02 – Recurso Crime H. Corpus (67)		01 – Revisão Criminal ( 1 )	
Des. AGAMENON D. LIMA		RESUMO:	
42 – Habeas Corpus		TOTAL DE FEITOS . . . . .	318
10 – Revisões Criminais		SESSÕES REALIZADAS (Ordinárias):	40
01 – Recurso Crime H. Corpus (53)			
Des. SOUZA RIBEIRO			
48 – Habeas Corpus			

## JULGAMENTOS REALIZADOS NO ANO DE 1978

### RELATORES

Des. NELSON ARRUDA – 270 Adm. ....	(164)
Des. GERALDO CAMPOS – 01 Adm. ....	(115)
Des. AUGUSTO DUQUE .....	( 82)
Des. CLÁUDIO VASCONCELOS .....	( 22)
Des. PEDRO MARTINIANO LINS .....	( 52)
Des. RIBEIRO DO VALLE .....	( 95)
Des. GUERRA BARRETO .....	( 84)
Des. ADERSON CARVALHO .....	( 83)
Des. JOSÉ PESSOA .....	(161)
Des. OTÍLIO NEIVA .....	( 64)
Des. GABRIEL LUCENA CAVALCANTI .....	( 76)
Des. PEDRO MALTA .....	(138)
Des. DUARTE LIMA .....	(143)
Des. SOUZA RIBEIRO .....	( 38)
Des. JEOVÁ VANDERLEI .....	( 43)
Juiz MAURO JORDÃO .....	( 01)
Juiz CARNEIRO LEÃO .....	( 08)
Juiz NILDO NERY DOS SANTOS .....	( 23)
Juiz NELSON LOPES RIBEIRO LIMA .....	( 01)
Juiz ALOÍSIO XAVIER .....	( 31)
Juiz CARLOS ALBERTO MARINHO .....	( 01)
Juiz CLODOALDO OLIVEIRA .....	( 37)
Juiz GERALDO CORREIA .....	( 27)
Juiz JOSÉ TENÓRIO CERQUEIRA .....	( 02)
Juiz LOPES DE OLIVEIRA .....	( 20)
Juiz MOTA VALENÇA .....	( 45)
Juiz HERMES PARAHYBA .....	( 08)
Juiz EDGARD SOBREIRA .....	

1.564

RESUMO:	Feitos	1.564
	Adm.	<u>271</u>
	Total Geral	1.835

F000148

RB5129

Ex 01

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA  
DATA MENCIONADA

17/07/82

TJP

Pernambuco, Tribunal de Justiça  
Relatório 1978

DOAÇÃO	
INSTITUIÇÃO	DATA
TJPE	06.02.04
N.º DE CHAMADA	
F 341.4197 (10) P4522 1978 ex.1	

Pernambuco. Tribunal de Justiça

AUTOR

Relatório 1978

TÍTULO

341.4197(PE) P452r 1978 ex.1

Devolver em	NOME DO LEITOR 42-04

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade este livro à Biblioteca.

Pernambuco. Tribunal de Justiça  
Relatório 1978

341.4197(PE) P452r 1978 ex.1  
42-04



